

A Capela Dourada da Ordem Terceira do Recife, símbolo do poder dos “homens de negócio”

Eduarda MARQUES

Consoante com Frei Antônio de Santa Maria de Jaboatão (1695-1763), orador, poeta, cronista e historiador da Ordem franciscana no Brasil, Olinda foi o berço do franciscanismo na América portuguesa. Governava a donataria de Pernambuco Jorge de Albuquerque Coelho (1578-1597), que recebeu em 1585 a missão liderada pelo Frei Melchior de Santa Catharina. O franciscano se fez acompanhar de outros seis religiosos, para dar início à catequização e à fundação de conventos. Os missionários capuchos foram os fundadores do primeiro convento erigido nas terras brasilicas. A esse tempo, a vila fundada pelo fidalgo da Casa Real Duarte Coelho Pereira em 1537, a “Olinda dos Marins”, já começava a refletir a prosperidade do cultivo da cana de açúcar dos engenhos da “Nova Lusitânia”. Residia na povoação a rica devota Maria Rosa, viúva de Pedro Leitão, que doou aos frades uma pequena capela, sob a invocação de Nossa Senhora das Neves. No sítio da capela primitiva foi erguido o convento de São Francisco de Nossa Senhora das Neves de Olinda, cuja construção teve início em Outubro de 1585. Maria da Rosa entrou para a história do franciscanismo no Brasil como a primeira irmã a receber o cordão seráfico na colônia americana.

No *Novo Orbe Seráfico ou a Crônica dos Frades Menores*, Frei Antônio de Santa Maria de Jaboatão indica que os frades reunidos em Olinda resolveram em 28 de Outubro de 1606 erguer um convento na pequena povoação, distante algumas léguas ao sul da vila duartina, que servia de ancoradouro seguro para as embarcações, então conhecida como “Arrecife dos Navios”, para atender a devoção da população de mareantes e pescadores ali residentes, “que a este tempo era ainda muito poucos e de limitados cabedais”, nas palavras do historiador franciscano¹. Sétimo em ordem das fundações conventuais franciscanas na América e o quarto dedicado a Santo Antônio, o convento do Recife foi erguido em terreno doado por um rico agricultor chamado Marcos André, na ponta da “ilha de Antônio Vaz”, assim designada por conta da presença de um português que exercia as funções de “juiz de execuções” e “porteiro da alfândega do Recife”. Para Frei Jaboatão, o sítio do convento do Recife

¹ JABOATÃO, 1980 [1761]: 438.

era “alegre, vistoso, divertido e aprazível”². Sua construção representou um marco importante para a afirmação do povoado, que servia de entreposto comercial às importações e exportações da elite colonial moradora na vila de Olinda, cabeça política da capitania de Pernambuco. Desde então, os habitantes do Recife “procuravam estabelecer no convento a Venerável Ordem Terceira da Penitência”, escreveu o historiador franciscano³.

Mas o povoado vivia à sombra da vila de Olinda, cidade acrópole, sede da aristocracia canaveira. No início do século XVII, no período anterior à ocupação holandesa (1630-1654), Pernambuco era o principal centro de produção açucareira colonial. Conforme as informações coevas do também historiador franciscano Frei Vicente do Salvador, em sua *História do Brasil*, escrita em 1627, em 1606 havia na capitania de Pernambuco cem engenhos de açúcar em funcionamento e mais dezoito na capitania contígua de Itamaracá.⁴ Essa produção fazia o porto do Recife ser o mais movimentado da América portuguesa. Por ali era escoada além da produção de açúcar, pau brasil, animais silvestres, ouro e outros metais preciosos, assim como a mão de obra escrava africana. A despeito do crescimento das atividades portuárias, a aldeia de pescadores frequentada por “oficiais da ribeira” só veio a ter seu destino mudado com a ocupação holandesa de Pernambuco. Habitados às terras planas, os holandeses preferiram se estabelecer no Recife e fizeram da Mauritsstadt (1637) a exuberante capital do Brasil holandês. Quando em 1631 Olinda foi incendiada pelos invasores, o convento franciscano de Nossa Senhora das Neves foi desativado e parcialmente destruído. Durante o período nassoviano, “a ilha de Antonio Vaz” tornou-se o coração da “Nova Mauritsstadt”, onde foi construído o palácio de Friburgo. O convento de Santo Antônio do Recife foi profanado e transformado no Forte Ernesto, em homenagem ao irmão de Nassau morto ainda jovem no Recife.

Após a rendição dos holandeses em 1654, a capitania de Pernambuco perdeu a autonomia no intrincado sistema administrativo colonial. Olinda voltou a ser a capital, por determinação de André Vidal de Negreiros (1657), apesar da resistência do governo central da Bahia e dos demais governadores da capitania. Incendiada e arrasada pelos batavos, em 1631, na vila ainda residiam os senhores de engenho, descendentes das famílias formadoras da donataria quartina, os ditos “nobres da terra”, que se empenharam em restituir a suserania portuguesa nas guerras contra o inimigo holandês. Eram esses também os “homens bons” da câmara e os detentores do poder local. Considerados súditos especialmente fiéis, os feitos militares pela restauração de Pernambuco deram ocasião a muitos a obterem distinções e estatuto de nobreza. Entretanto, a guerra os arruinara financeiramente. Engenhos queimados, escravos quilombados e a competição internacional do açúcar debilitavam a “nobreza mazomba”. À conjuntura de desorganização do sistema produtivo causada pelos combates, somava-se ainda o pesado “donativo da Rainha da Grã Bretanha e paz da Holanda” (1662), imposto que recaiu principalmente sobre Pernambuco,

² JABOATÃO, 1980 [1761]:439.

³ JABOATÃO, 1980 [1761]: 463.

⁴ SALVADOR, 1965 [1627]: 456.

causando grande impacto nas finanças dos produtores de cana de açúcar da capitania. Empobrecida e recolhida aos seus engenhos, a nobreza olindense não tinha os meios para reconstruir a vila.

O Recife, em vez, gozava da herança deixada pelos holandeses na sua estrutura urbana e no sistema da linha de defesa. O passado cosmopolita da “cidade maurícia” legou à povoação a condição hegemônica de centro de negócios e exercício das “profissões burguesas”. Com a expulsão dos flamengos e da comunidade judaica, que ali pôde viver com certa liberdade de culto, as redes comerciais estabelecidas ao tempo dos holandeses passaram a ser ocupadas por reinóis advindos principalmente do norte do país. Em começos do século XVIII estima-se que o Recife deveria ter mil e duzentos fogos e cerca de quinze mil almas. O porto exercia um insuperável poder de atração, obrigando as autoridades e os agentes da burocracia a permanecerem no povoado durante longos períodos para o despacho da frota da Companhia do Comércio. Para ali afluíram forasteiros, oriundos dos escalões subalternos da população cristã-velha do reino, que, “mascateando”, puderam acumular recursos. Alguns mercadores que começaram a vida por exercer atividades manuais envilecedoras (defeito mecânico), lograram enriquecer no tráfico negreiro e no comércio de “grosso trato”. Foram eles os grandes financiadores das safras do açúcar e credores dos senhores de engenho.

No Recife estavam os homens ricos, os comissários do açúcar, que almejavam receber distinções, comendas e mercês honoríficas, assim como estavam dispostos a ocupar os “cargos honrosos da república”. Esse grupo era impedido de integrar a câmara de Olinda, na qual só as pessoas pertencentes à “nobreza da terra” podiam ser eleitas para os cargos mais elevados da vereança, ou seja, os indivíduos considerados “limpos de sangue e de geração verdadeira”, os fidalgos descendentes diretos dos primeiros colonizadores. Embora alguns desses descendentes dos colonizadores quinhentistas tivessem costado cristão-novo, como foi o caso de Felipe Paes Barreto, estudado por Cabral de Mello em *O Nome e o Sangue*. Os mercadores que possuíam loja aberta em que mediam e pesavam mercadorias, os oficiais mecânicos, operários, degradados e judeus estavam privados de fazer parte da câmara olindense. Seus membros insistiam em reforçar a distinção entre o “nobre” e o “mecânico” e em realçar a incompatibilidade da “nobreza da terra” com os emergentes recifenses, portadores de “defeitos mecânicos”, chamados pejorativamente de “mascates”. Os “homens de negócio” pleiteavam a criação da vila do Recife para que viessem a ter o controle das atividades do porto e do comércio do açúcar, como também o direito de arrematar obras públicas e o de exercer as atividades relativas à arrecadação de impostos.

Cada vez mais prósperos e em busca de legitimação social, os mercadores recifenses tenderam a constituir ricas confrarias religiosas na cidade, que também serviam como fonte de crédito e de empréstimos a juros aos agricultores olindenses. No contexto das sociedades do Antigo Regime, ser membro de uma associação religiosa, onde se exercia a caridade católica, representava prestígio social para esses homens “sem qualidade”. Fiéis vassalos do rei e identificados com os valores da monarquia imperial portuguesa, eles também acabaram por promover o revigoramento da fé católica, obliterada durante o domínio holandês. Ao fim do século XVII, as associações

religiosas leigas recifenses de maior prestígio eram a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz do Corpo Santo, a Ordem Terceira do Carmo e a Ordem Terceira de São Francisco, cujos integrantes eram majoritariamente “homens de negócio”. Também estava instalada na cidade a congregação dos sacerdotes do Oratório, muito identificada com a riqueza do Recife. Ao fim da segunda década do século XVIII, a igreja da Madre de Deus era o mais opulento templo de Pernambuco, construído entre 1679 e 1720.

Na América portuguesa como em Portugal, as ordens religiosas leigas tinham grande aderência aos poderes locais. A Venerável Ordem Terceira da Penitência do Padre Seráfico de São Francisco do Recife foi fundada canonicamente ao fim do século XVII, em 12 de Junho de 1695. Por conta da presença holandesa e das posteriores rivalidades políticas que se estabeleceram entre os “homens de negócio” da praça e a “nobreza da terra” de Olinda, o pleito dos franciscanos leigos do Recife, no sentido da constituição da Ordem Terceira na povoação, só foi atendido tardiamente, diferentemente do que ocorreu com as demais entidades congêneres. A congregação seráfica soteropolitana, composta por uma “plêiade de espíritos bem formados”⁵, identificados com a aristocracia canavieira, plantadores de cana, senhores e engenho e criadores de gado da Bahia, foi fundada no início do século XVII, em 1635, após os ataques holandeses à cidade de Salvador. As primeiras construções do convento da Ordem Primeira da vila datam de 1587. A mais antiga Ordem Terceira franciscana criada em terras brasílicas foi a de Olinda, circa 1576, (anterior à fundação do convento). Alegando privilégios por ter sido a mais antiga, a irmandade de Olinda, com o apoio dos membros do cabido, ali instalado, exerceu constante objeção à criação da entidade do Recife. Entretanto, a irmandade franciscana olindense jamais chegou à condição de “venerável”, já que a Santa Casa da Misericórdia da vila foi o reduto privilegiado da “nobreza da terra”. Embora tardia, a Ordem Terceira do Recife logo mereceu receber o título de “venerável”, pois foi instituída pelos comerciantes ricos da praça.

Na expressão do historiador José Antônio Gonsalves de Mello, “a relação dos ministros dessa Ordem Terceira constitui um rol dos homens de comércio do Recife”⁶. Com efeito, a análise dos perfis biográficos dos irmãos leigos instituidores da Ordem Terceira do Recife revela que esta foi constituída quase que exclusivamente por “homens de negócio”, advindos do reino e enriquecidos na terra com as atividades mercantis de “grosso trato”, no comércio do açúcar, do sal, no tráfico de escravos e também na construção civil, segmento que teve grande demanda com a necessidade generalizada de reconstrução, após a rendição dos holandeses. Os congregados seráficos recifenses integraram a primeira geração de “mascates” de amplos cabedais. De acordo com Gonsalves de Mello, a Ordem Terceira franciscana se distinguiu das demais irmandades religiosas estabelecidas no Recife, após a restauração de Pernambuco, por ter sido “praticamente fechada a estranhos da classe mercantil;

⁵ ALVES, 1948:11.

⁶ MELLO, 1981: 249-250.

a relação de ministros, síndicos e escrivães dela compõe um conjunto dos mais ricos e poderosos mercadores de sobrado”⁷.

Depois de inúmeras petições mal sucedidas, por conta da oposição da Ordem Terceira olindense, os “homens de negócio” lograram realizar os anseios dos moradores do Recife, por interferência do custódio Frei Jácome da Purificação, que agiu diretamente junto à Congregação na Bahia, para a instituição da Ordem secular no povoado em 1695. Segundo os estudos de Evaldo Cabral de Mello, Frei Jácome da Purificação exerceu uma grande influência em Lisboa, perante as autoridades do Conselho Ultramarino, no sentido da defesa da causa dos “mascates” recifenses, que, por sua vez, mantinham ligações com os poderosos comerciantes da praça de Lisboa. A campanha liderada pelo franciscano na corte joanina em Lisboa, com o apoio dos padres da congregação do Oratório, transformou-se, segundo a câmara de Olinda, no “flagelo dos filhos de Pernambuco”, como anotou Cabral de Mello. Considerado como o “procurador do Recife”, Frei Jácome da Purificação contribuiu para que D. Joao V viesse a assumir uma posição diferente daquela adotada por seu pai, sempre favorável aos olindenses, quanto aos conflitos entre os “nobres da terra” e os comerciantes emergentes do Recife, que pleiteavam a elevação do povoado à condição de vila⁸.

Sob a ascendência do provincial, em 26 de novembro de 1695, o Capítulo dos Religiosos, reunido na Bahia, confirmou a ereção da Ordem e designou Frei Jerônimo da Ressurreição para comissário. A pesquisa do cronista da Ordem Terceira do Recife, Fernando Pio, realizada no livro I de *Recepcoes e Profissoes*, revela que 138 irmãos e 38 irmãs tomaram hábito entre os dias 12 de Junho e 31 de dezembro de 1695⁹. Frei Santa Maria de Jaboatão conta que no ano seguinte, em 1696, Frei Jácome da Purificação e o síndico do convento de Santo Antônio, Joaquim de Almeida, ao lado do ministro comissário e de outros irmãos da Mesa, confirmaram a doação do terreno do lado sul do convento, para a construção da capela dos Terceiros, conforme estabelecido na reunião do Capítulo. A escritura foi lavrada em 1696, com as assinaturas de alguns membros da recém criada Ordem, de Frei Jácome da Purificação e do síndico Joaquim de Almeida, considerado por Cabral de Mello como “o patriarca do gênero mascatal”¹⁰. O provincial e o síndico do convento foram figuras de proa no processo da instalação da Ordem Terceira franciscana do Recife.

Em 13 de Maio de 1696, Frei Jácome da Purificação comandou a cerimônia de benção da primeira pedra da construção da capela dos Terceiros, que contou com as assistências prestigiosas do bispo D. Francisco Lima e do governador da capitania, Caetano de Mello e Castro. A obra da igreja ficou ao encargo do construtor e “homem de negócio” Antonio Fernandes de Mattos. A capela foi construída em curto tempo, entre os anos de 1696 e 1697, antes da capela dos Terceiros soteropolitanos (1701-

⁷ MELLO, 1981: 145.

⁸ Evaldo Cabral de Mello, em seu estudo clássico sobre a Guerra dos Mascates, *A Fronha dos Mazombos*, analisa a atuação do polêmico Frei Jácome da Purificação, na corte lisboeta, em favor da causa dos comerciantes recifenses.

⁹ PIO, 2004[1975]: 13.

¹⁰ CABRAL DE MELLO, 2003 [1995]: 153.

-1702). No dia 15 de setembro de 1697, houve a inauguração com uma missa solene realizada no altar-mor, nas presenças do governador Mello e Castro, Frei Jácome da Purificação e de Joaquim de Almeida, então eleito ministro. A documentação existente nos arquivos da Ordem revela que a construção do templo dos Terceiros contou unicamente com os vastos recursos dos seus fundadores “mascates”. As jóias da Mesa e as esmoladas dos irmãos teriam sido suficientes para financiar a obra. De acordo com o trabalho monográfico de Gonsalves de Mello sobre Mattos, o próprio construtor teria oferecido alguns serviços e recursos para finalizar a capela. Constam também doações em nome de Joaquim de Almeida e do irmão Luís Cardoso, figura singular dentre os “homens de negócio” do Recife¹¹.

Gonsalves de Mello e Cabral de Mello destacam a inexistência de registros biográficos dos “mascates” nos grandes tratados genealógicos das famílias de Pernambuco no tempo colonial. Existem poucas informações conhecidas sobre a vida de Luís Cardoso. Os arquivos da Ordem Terceira guardam documentos que revelam ter ele sido um homem de cor parda. Sabe-se que em 1664 era escravo. Ele teria comprado a própria alforria com os recursos acumulados como caixeiro do mercador alemão Cristiano Paulo, que atuou no Recife ao tempo da Restauração portuguesa. Cardoso tornou-se um rico comerciante, exportador de açúcar, um verdadeiro “mercador de sobrado”. Faleceu em 1724. Ele foi um grande benfeitor da Ordem Terceira, para a qual deixou uma fortuna superior a trinta contos de réis. Entretanto, seu nome não consta das pautas dos cargos de ministro, síndico ou secretário da Ordem. A condição de homem de cor, que também tinha a mácula do trabalho manual, talvez o tenha impedido de ser eleito para os postos de maior importância da irmandade, considerando que as cláusulas do Compromisso não permitiam o ingresso de pessoas de “ofício mecânico” e de “raça negra”. Entretanto, por ter sido um homem rico e detentor de amplos cabedais, Cardoso reunia outras prerrogativas essenciais para flexibilização da regra e garantir a dispensa de seus “defeito de cor” e “defeito mecânico”.

A análise dos perfis biográficos dos irmãos franciscanos fundadores da Ordem do Recife aponta para a recorrência do ingresso de indivíduos com “defeito de qualidade”, de origem humilde e portadores de “defeito mecânico”. A condição econômica alcançada os redimiu, garantindo-lhes a dispensa dos “defeitos”, o que aduz à identificação da Ordem dos Terceiros seráficos recifenses com a promoção de uma certa mobilidade das hierarquias no seio de estruturas relacionadas com a tradição da sociedade do Antigo Regime. As trajetórias de Joaquim de Almeida e de Antônio Fernandes de Mattos são exemplares nesse sentido. Cristãos-velhos nascidos no norte de Portugal, ambos fizeram parte da corrente migratória que se fixou no Recife “sem eira nem beira”, atraídos pelas “riquezas das terras novas”, Joaquim de Almeida e Antônio Fernandes de Mattos fizeram fortuna no povoado, e eram considerados os mais abastados “homens de negócio” da praça. Eles integravam o grupo “mascatal”, ou seja de mercadores do reino, que compunha a base do quadro social

¹¹ O trabalho monográfico de José Antônio Gonsalves de Mello sobre a vida e a obra de Antônio Fernandes de Mattos *Um Mascate e o Recife*, pesquisado nos arquivos da Ordem Terceira do Recife, é ainda referência para o estudo do grupo mascatal.

dos irmãos franciscanos do Recife. Além de fundadores da irmandade franciscana, os dois comerciantes reinóis foram grandes beneméritos da Venerável Ordem, na qual ocuparam por sucessivas vezes os cargos mais proeminentes da instituição.

Natural de Vila Nova de Gaia, Joaquim de Almeida chegou ao Recife nos anos setenta do século XVII, ainda jovem e pobre. Seu pai era comerciante de linho e um de seu avô marceneiro. Os demais parentes eram pessoas de “segunda condição” no reino. De acordo com Cabral de Mello, Joaquim ascendeu de criado de “mascate” a “comerciante de grosso trato”. Ele teria sido ajudante de Luís Cardoso. A primeira indicação da presença de Joaquim de Almeida no Recife é do ano de 1691, quando ele e a mulher entraram para a irmandade das Almas do Corpo Santo. Em 1689 foi dispensado pelo rei dos “defeitos mecânicos” para que pudesse ingressar na Ordem de Cristo. No Recife serviu em 1695, como capitão de ordenanças, prestando vários serviços à Coroa, inclusive na organização das expedições contra o quilombo de Palmares. Ainda exerceu os cargos de juiz ordinário e de ouvidor. Sendo um dos “principais” da comunidade mercantil do Recife, Joaquim financiou o “partido do Recife” e foi eleito o primeiro vereador da vila, quando da atabalhoada instalação da câmara em fevereiro de 1710, pelo governador Sebastião Castro e Caldas. Sua figura de homem valente impressionava, pois faltava-lhe uma vista, que era tapada por um pano. Ele foi o primeiro irmão a se inscrever na Ordem Terceira de São Francisco do Recife, onde ocupou o cargo de ministro em 1696-7 e 1702-3. Posteriormente, Joaquim de Almeida envolveu-se diretamente com os conflitos políticos da capitania. Ele liderou o grupo de “mascates” que acompanhou a fuga do governador Castro e Caldas para Salvador, após este ter sido baleado pelos partidários de Olinda, insatisfeitos com a criação da vila do Recife. O “mascate” foi também o responsável pela organização da resistência e pelo abastecimento da população do Recife durante as sedições da nobreza. O nome de Joaquim de Almeida está inscrito na história da criação da Ordem Terceira de São Francisco, para qual se empenhou em superar a oposição da Ordem olindense. Seu nome também consta nas páginas da história das lutas pela fundação da vila do Recife¹².

Assim como Joaquim de Almeida, Antônio Fernandes de Mattos foi um “autêntico mascate do Recife”, no dizer de Gonsalves de Mello.¹³ Nascido em 1640, na Vila de Moreira do Lima, no Minho, em Portugal, Mattos chegou ao Recife como mestre pedreiro, provavelmente com muito poucas letras. As primeiras evidências de sua presença no povoado remontam ao ano de 1671, quando solicitou licença à câmara de Olinda para a construção de umas casas. Entre 1671 a 1701 Mattos progrediu social e economicamente na praça. Além de construtor, foi contratador de obras públicas, cobrador de impostos, capitão de fortaleza, financista e “comerciante de sobrado”. Senhor de amplos haveres, Mattos foi proprietário de terras e de imóveis urbanos. Foi também criador de gado. No comércio, atuou na importação de miudezas, de tabaco e de tecidos, assim como no “grosso trato” de escravos. Construiu inúmeras

¹² As informações biográficas sobre Joaquim de Almeida foram levantadas por Evaldo Cabral de Mello e contam nas suas publicações: *A Fronda dos Mazombos* e *O Nome e o Sangue*.

¹³ MELLO, 1981[1957]: 12.

obras públicas no Recife dentre elas destacam-se a Casa da Moeda de Pernambuco, as obras das pontes da Boa Vista, Afogados, Motocolombó e do Varadouro de Olinda. O molhe do porto do Recife e o edifício do Terço da Infantaria são também de sua autoria. Fernandes de Mattos construiu uma fortaleza para a defesa da barra do Recife à sua custa. O forte da Madre de Deus e São Pedro foi oferecido ao rei como serviço prestado à Coroa. O comando da fortaleza lhe valeu o título de capitão, muito considerado na escala de valores da sociedade do Antigo Regime.

Fernandes de Mattos executou a obra da construção do Arco e da Capela do Senhor do Bom Jesus, erguida sobre a “Porta da Terra”, uma construção holandesa, identificada com a presença judaica durante a ocupação holandesa. Em 1683 ingressou na irmandade recifense do Bom Jesus. Extremamente devoto e magnânimo, Mattos construiu os principais templos católicos do Recife após a Restauração portuguesa, o que veio a reforçar o nexos com o catolicismo do império português. Fez igualmente expressivas contribuições para essas obras. A igreja e o convento do Carmo do Recife, a igreja e o hospital do Paraíso, o Colégio dos Jesuítas e a igreja de Nossa Senhora do O, a igreja e o convento da Madre de Deus e a capela da Ordem Terceira de São Francisco contaram com seus préstimos. A ação benemérita de Fernandes de Mattos para a construção da defesa do Recife contra o inimigo invasor e de edifícios religiosos, em prol da afirmação da fé católica, foi objeto de uma carta de recomendação do Padre Antônio Vieira, dirigida ao Presidente do Conselho Ultramarino, o Duque de Codaval, quando de sua intenção de viajar para a corte, no intuito de apresentar seus requerimentos para obter as mercês reais. Escreveu Vieira:

“Senhor. Parte de Pernambuco a essa corte o Capitão Antônio Fernandes de Mattos que o é governador de uma fortaleza, que defende a barra do Recife, em que gastou tão considerável fazenda como constara das certidões dos seus serviços. E naquela praça tão importante uma das pessoas mais beneméritas de Sua Majestade e das que têm mais adiantado o culto divino na ereção de muitas igrejas com liberalísimos empenhos à sua custa, sendo a principal a da Companhia de Jesu, no novo Colégio do Recife, obra também de sua arquitetura, que em grande parte da magnificência vence a todas a deste Estado. Consta ser aquele empório do Recife um dos mais reformados nos costumes e piedade, pelo muito que trabalharam nele, no tempo do contágio, os operários do dito colégio, em que continuam com mesmo espírito e zelo, com grande exemplo e fruto das almas, que é o que Sua Majestade, não igualando mas excedendo os Senhores Reis seus antepassados, tanto recomenda a seus governadores. E porque V. Excia como tronco principal das mesmas raízes, por obrigação natural não pode deixar e favorecer muito aos que tanto se empregam em promover o divino e Real serviço, me pareceu devia apresentar a V. Excia os singulares merecimentos desse sujeito, que com o exemplo das mercês que de Sua Majestade justamente espera, não será de pequeno estímulo a outros que o imitem...”¹⁴.

A carta de recomendação do Padre Antonio Antônio Vieira para Antônio Fernandes de Mattos é datada do dia 21 de Junho de 1691. Entretanto, não se sabe

¹⁴ O texto da carta do Padre Antônio Vieira foi recuperado e reproduzido por José Antônio Gonsalves de Mello em *Um Mascate e o Recife*, páginas 72 e 73.

se o Capitão efetivamente foi a Lisboa em busca de seus merecidos requerimentos. Quando Antônio Fernandes de Mattos foi admitido na irmandade franciscana do Recife, em 17 de Setembro de 1695, já era um homem de grande reconhecimento e prestígio na capitania. Em dezembro deste ano, D. Pedro II concedeu-lhe o hábito da Ordem de Cristo. Mattos foi admitido na Ordem Terceira em 17 de Setembro de 1695, professando em 19 de Setembro de 1696. A partir de então, eleito sucessivamente para o cargo de ministro entre os anos de 1698 e 1701, quando veio a falecer em vinte e quatro de agosto deste ano. Consoante com a tradição do rito da morte, característico da cultura barroca, suas exéquias mobilizaram o povoado durante três dias e foram cercadas de muita pompa e solenidade. Mais de cem missas de corpo presente foram rezadas, para as quais foram consumidos cerca de cento e setenta e três quilos de cera. Envolto à mortalha do hábito de São Francisco e do manto de Cavaleiro de Cristo, seu corpo foi sepultado na capela da Ordem Terceira, sua derradeira construção. Os ministros e irmãos da congregação seráfica foram seus testamenteiros. Fernandes de Mattos deixou esmolas para os principais conventos religiosos do Recife. Entretanto, a entidade herdeira de todos os seus bens foi a Ordem Terceira de São Francisco, que assumiu também, por herança, o valioso encargo da cobrança dos dízimos do açúcar.

Os arquivos da Ordem guardam os *Livros da Testamentaria*, nos quais consta o elenco dos bens legados, assim como as diversas irmandades e indivíduos beneficiados pelo testamento de Fernandes de Mattos. Aos olhos do historiador do presente, a documentação testamentária de Mattos é muito rica, não só por permitir conhecer as origens dos amplos cabedais acumulados pelo “mascate” recifense, como também por revelar o universo pessoal do testamenteiro. Conforme o documento, entre 1703 e 1722 foram rezadas mais de cento e vinte mil missas pela alma do Capitão Fernandes de Mattos, nomeadamente nas igrejas da Ordem Terceira de São Francisco e da congregação do Oratório. A igreja e o convento da Madre de Deus foram erguidos em terreno cordeado e doado por Fernandes de Mattos, no istmo do Recife, no coração da “velha Mauritstadt”. Em meio à oposição dos dissidentes da Ordem alojados nas proximidades de Olinda, a Mattos é atribuída a ajuda para a construção da primitiva capela e do convento dos oratorinos no Recife, ainda então imbuídos de uma rigorosa filosofia ascética que pouco durou. No início do século XVIII, o oratório tornara-se a mais poderosa ordem religiosa do Recife. A igreja e o convento foram ampliados, refletindo a riqueza da comunidade religiosa mais rica da capitania. Ao tempo das sedições, os padres da Madre de Deus foram ardorosos defensores da causa política dos mercadores, atuando decisivamente na elevação do povoado à condição de vila. Assim como a Madre de Deus, a capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, construída posteriormente aos primeiros alicerces do edifício oratoriano, esteve, desde os primórdios, revestida de valor simbólico do poder ascendente dos “mascates” na capitania de Pernambuco no alvorecer do século XVIII.

O capitão Antônio Fernandes de Mattos construiu a capela entre os anos de 1696 e 1698. Reconduzido sucessivamente ao cargo de ministro da Ordem, teve a oportunidade de gerir e de orientar as obras da capela e de sua decoração interna.

Conforme Gonsalves de Mello, entre 1697 e 1700 foram realizadas as primeiras intervenções que transformaram a capela da Ordem Terceira de São Francisco em uma das jóias do patrimônio colonial brasileiro¹⁵. Em 1698 o irmão Luís Machado foi contratado para as obras do arco da capela-mor, do cruzeiro e o grande arco aberto para o convento. Em março do mesmo ano, o artista nascido na capitania Antônio M. Santiago foi encarregado da talha da capela-mor e dos nichos para as imagens de São Cosme e Damião e mais um sacrário, painéis e credências. No segundo período de seu ministério, Fernandes de Mattos utilizou novos recursos na compra de madeiras e pranchões de cedro e na contratação de mão de obra de entalhadores. Entre 1699 e 1700 foram despendidas quantias para a compra de tábuas, folhas de ouro para douramento e na contratação de pintura de frontais e de painéis. Os historiadores Gonsalves de Mello e Fernando Pio apontam para a atuação do pintor José Pinhão de Matos, natural de Pernambuco e descendente das principais famílias da capitania. Pinhão de Matos mantinha ligações de negócios com Fernandes de Mattos e foi responsável pelos nove painéis representando os santos da Ordem e de outros oito menores.

Com o falecimento de Mattos em 1701, a capela continuou a receber elementos para completar o plano decorativo de seus interiores, até pelo menos 1724, quando teve início a obra do hospital. Ademais, os bens legados por Fernandes de Mattos deixaram cheios os cofres dos leigos seráficos. Em destaque para os silhares azulejares de autoria de Antônio Pereira, datados de 1704. Conforme Fernando Pio, as pinturas das paredes laterais com imagens dos mártires franciscanos foram executados entre os anos de 1707 e 1710. Há registros do trabalho de vários artistas, carpinteiros, ferreiros e ourives entre os anos de 1695 a 1713. Alguns deles tornaram-se irmãos, tais como André Luiz Pinto, “oficial de carapina” e Manuel Botelho, “oficial ourives”. Em meados do século XVIII, a riqueza do templo dos Terceiros não escapou às observações de Frei Santa Maria de Jaboatão: “Assim esta capelinha, como a de seus exercícios, sacristia e igreja estão com toda a perfeição de retábulos, douramentos e mais ornatos preciosos, e ricos que costuma o conhecido zelo desses irmãos, e bastante patrimônio, que tem aqui a sua Ordem”¹⁶.

Se Antônio de Mattos teve uma participação ativa na instalação das obras aplicadas à arquitetura da capela dos Terceiros, não viveu para acompanhar as reformas de aumento e de decoração da talha dourada dos interiores da igreja da Madre de Deus, iniciadas após a sua morte. Os melhoramentos e embelezamentos dos oratorianos contaram, em larga medida, com a magnanimidade joanina. Ao passo que a construção do edifício e a instalação dos elementos decorativas da capela da Venerável Ordem Seráfica do Recife foi inteiramente financiada pelos cabedais de seus irmãos congregados pertencentes ao segmento social dos “homens de negócio” da praça. A “Capela Dourada”, assim como ficou conhecida pela quantidade de ouro fino aplicado à sua talha, foi erguida antes do povoado ser elevado à condição

¹⁵ A atuação de Antônio Fernandes de Mattos no plano decorativo da Capela Dourada foi pesquisada por Antônio Gonsalves de Mello no estudo biográfico sobre Mattos acima mencionado, notadamente nas páginas 58, 59 e 60.

¹⁶ JABOATÃO, 1980[1761]: 466.

de vila, em Fevereiro de 1710, em afirmação inequívoca do poder economico e simbólico da comunidade mercantil do Recife. Os capitães Joaquim de Almeida e Antônio Fernandes de Mattos são figuras emblemáticas, oriundas dos estratos sociais dos principais “homens de negocio do Recife”. Se o primeiro atuou diretamente na superação dos entraves políticos e religiosos para a criação institucional da entidade seráfica no povoado, o segundo dedicou-se à construção e ao embelezamento do seu templo. Eles encarnam respectivamente a consagração da estratégia política e da grandeza magnanima das ambições sociais e políticas dos “burgueses” do Recife, em ascensão histórica no contexto colonial da América portuguesa.

Fontes e Bibliografia

Narrativas franciscanas

JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria de OFM, 1980 – *Novo Orbe Seraphico Brasilico ou a Crônica dos Frades Menores da Província do Brasil*, 2 vols, [1761]. Recife, Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

SALVADOR, Frei Vicente do OFM, 1965 – *História do Brasil 1500-1627 [Anais da Biblioteca Nacional, [1888]]*. Recife, Edições Melhoramentos.

Bibliografia geral

ALVES, Marieta História da Venerável Ordem Terceira da Penitência do Seráfico Padre São Francisco da Congregação da Bahia, Salvador, Mesa Administrativa da Ordem, 1948.

BOSCHI, Caio, 1998 – “Sociabilidade Religiosa Laica: As Irmandades”, in *História da Expansão Portuguesa*, vol.3. Lisboa, Círculo de Leitores.

BOSCHI Caio, 1986 – *Os Leigos e o Poder. Irmandades Leigas e Políticas Colonizadoras em Minas Gerais*. São Paulo, Editora Ática.

BOXER, Charles, 2002 – *O Império Marítimo Português*. São Paulo, Companhia das Letras.

BOXER, Charles, 1962 – *The Golden Age of Brazil*. Los Angeles, University of California Press.

CABRAL DE MELLO, Evaldo, 1995 – *A Fronda dos Mazombos: Nobres contra Mascates*. São Paulo, Companhia das Letras.

CABRAL DE MELLO, Evaldo, 2000 – *O Nome e o Sangue Uma Parábola Familiar no Pernambuco Colonial*. Rio de Janeiro, Topbooks.

CABRAL DE MELLO, Evaldo, 1997 – *Rubro Veio*. Rio de Janeiro, Topbooks.

CABRAL DE MELLO, Evaldo, 1998 – *Olinda Restaurada*. Rio de Janeiro, Topbooks.

CALAINHO, Daniela, 2006 – *Agentes da Fé. Familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial*. Bauru, EDUSC.

CAMPELLO, de Oliveira, Glauco, 2001 – *O Brilho da Simplicidade Dois Estudos sobre Arquitetura Religiosa no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, Editora Casa da Palavra.

- COSTA, F. A. . Pereira da, 1952 – *Anais Pernambucanos*. Recife, Arquivo Público Estadual.
- FREYRE, Gilberto, 1958 – *A Propósito de Frades*. Salvador, Editora Progresso.
- HESPANHA, Manuel António, 1994 – *Às Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político*. Coimbra, Almedina.
- MARQUES, Castro Magalhães; Maria Eduarda, 2004 – *Os azulejos da Ordem Terceira de São Francisco de Salvador: uma representação simbólica da cultura política barroca portuguesa no Brasil durante o reinado de D.João V* (dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
- MATTOSO, José, 1985 – *Ricos-homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*. Lisboa, Editorial Estampa.
- MATTOSO, José; HESPANHA, António Manuel (org.), 1992 – *História da Portugal, O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. 4. Lisboa, Editorial Estampa.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de, 1981 – *Um Mascate e o Recife A Vida de Antônio Fernandes de Matos no Período de 1671-1701*. Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de, 1987 – *Tempo dos Flamengos*. Recife, Edições Massangana,
- MELLO, José Antônio Gonsalves de, 1981 – “Nobres e mascates na câmara do Recife, 1713-1738”, in *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*, vol.III. Recife.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, 2003 – *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- PIO, Fernando, 2004 [1975] – *A Ordem Terceira de São Francisco do Recife e suas Igrejas*. Recife, FASA editora.
- PIO, Fernando, 1978 – *O Convento de Santo Antônio no Recife e as Fundações Franciscanas no Brasil*. Recife, Oficinas Gráficas do Diário da Manhã.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R., 1981 – *Fidalgos e Filantropos: A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R, 1989 – “Prestige, Power and Piety in Colonial Brazil: The Third Orders of Salvador”, in *Hispanic American Historical Review*, 69/1. Duke University Press.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, 2005 – *Ser Nobre na Colônia*. São Paulo, Editora UNESP
- SMITH, Robert Chester, 1979 – “A capela dourada do Recife”, in *Revista do IPHAN*. Rio de Janeiro, IPHAN.
- TUCCI Maria Luiza Carneiro, 2005 – *Preconceito Racial em Portugal e Brasil Colônia Os Cristãos novos e o Mito da Pureza de Sangue*. São Paulo, Editora Perspectiva.